

A região avançou; os acadêmicos americanos, não

Mariano E. Bertucci

American academic studies about the relationship between the United States and Latin America usually deal with the issue from the perspective of the US foreign policy to the region. This self-centered approach originates deep mistakes in the understanding of the contemporary fact that Latin American nations do have large latitude in formulating their own foreign policies. Moreover, most of those studies fail in observing urgent and relevant factors such as international cooperation in energy, drugs, migration and environment.

O estudo do foco adotado e dos debates privilegiados pelos acadêmicos contribui para a compreensão de como as políticas são entendidas e debatidas na esfera pública, chegando, algumas vezes, a esclarecer os processos de sua formulação.

No entanto um exame mais atento dos estudos acadêmicos sobre as relações Estados Unidos/América Latina publicados das últimas três décadas, abrangendo 174 artigos submetidos à revisão por pares e 167 livros não editados, revela uma desconexão com muitos dos temas e realidades atuais da região.

As relações internacionais e outras áreas de investigação sobre temas globais, tais como economia política internacional e segurança são insuficientemente representadas nos estudos acadêmicos tratando do hemisfério ocidental.

A maior parte das pesquisas, ao contrário, trata de política externa. Mais de 94% das publicações acadêmicas sobre a região mencionadas acima poderiam ser qualificadas como análises de política externa, e não de temas mais atuais da teoria das relações internacionais ou da economia política internacional.

E, dentro dos estudos de política externa, é privilegiado, essencialmente, o estudo

do processo de formulação da política externa dos Estados Unidos.

Praticamente todos (89%) os trabalhos contendo análises das relações Estados Unidos/América Latina tomam a política externa norte-americana como foco central de seu entendimento das questões Estados Unidos/América Latina.

Cerca da metade dos artigos e livros (51%) centram-se nas iniciativas da política externa norte-americana e nas reações dos Estados Unidos e dos países latino-americanos à política externa de seus parceiros hemisféricos.

E quase 40% dos trabalhos publicados analisam exclusivamente a política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina.

Como consequência direta desse enfoque, quase nenhuma atenção vem sendo dada à economia política internacional e às questões de segurança, o que, por sua vez, levou a serem desconsiderados alguns dos temas de maior importância e de maior dificuldade da agenda política da atualidade,

Mariano E. Bertucci é doutorando em Ciências Políticas e Relações Internacionais na University of Southern California. Este artigo foi publicado anteriormente no número de Primavera de 2013 da *Americas Quarterly* (www.americasquarterly.org).

tais como tráfico de drogas, migrações, meio ambiente e cooperação na área da energia.

Em razão da postura autocentrada da academia norte-americana, são relativamente poucos os artigos e livros que tratam da política externa dos países do Caribe, da América do Sul – inclusive, e principalmente, do Brasil – e até mesmo do México com relação aos Estados Unidos.

Consequentemente, verificam-se graves falhas em nossa compreensão do fato de que os Estados-nações das Américas têm grande latitude na formulação de suas próprias políticas, principalmente em uma região onde a influência norte-americana vem se tornando mais difusa.

Outras falhas referem-se às migrações e questões relacionadas às drogas e aos temas e desafios de segurança energética hoje enfrentados pelos Estados Unidos. É bastante provável que esses problemas só possam ser enfrentados por meio de uma cooperação sustentada com países como o México e o Brasil. Entretanto, a política externa desses países com relação aos Estados Unidos não vem sendo suficientemente estudada.

Apenas 12,9% dos artigos e livros enfocam as relações Estados Unidos/México, e menos de 3% tratam da política externa mexicana com relação aos Estados Unidos. Da mesma forma, menos de 5% dos artigos e livros analisam as relações Estados Unidos/Brasil e apenas 2% examinam a política externa brasileira com relação ao “colosso do Norte”.

Essas falhas são de importância crítica. Toda e qualquer política externa informada deve se basear em uma compreensão dos pontos de vista de ambos os lados da mesa de negociações.

Entendimentos díspares

As deficiências – e até mesmo a parcialidade – das atuais pesquisas sobre as relações Estados Unidos/América Latina tornam-se

ainda mais evidentes quando as publicações revistas por pares são comparadas às de acadêmicos estabelecidos na América Latina. Os acadêmicos estabelecidos nos Estados Unidos tratam das políticas externas latino-americanas em apenas 3,1% de suas publicações, e 87% desses trabalhos colocam os Estados Unidos no centro de suas análises. Ao mesmo tempo, as interações de política externa entre os Estados Unidos e a América Latina são tratadas em apenas 1/3 de suas publicações.

As implicações desse padrão são claras: ao lermos esse corpo de trabalhos, ficamos com a impressão de que o termo “relações Estados Unidos/América Latina” é usado como sinônimo de “políticas dos Estados Unidos”.

Essa distorção verificada nas pesquisas e na literatura especializada tem efeitos práticos e políticos. O mais importante deles é o de ter contribuído para a opinião convencional de que a melhor forma de entender as relações Estados Unidos/América Latina é entender, antes de tudo, o processo de formulação da política externa norte-americana. Essa postura, entretanto, produz uma imagem distorcida dos fatores que formaram o hemisfério em termos históricos e, o que é mais importante, continuam atuando nos dias de hoje.

É certo que a formulação de políticas não segue automaticamente as publicações acadêmicas. Mesmo assim, ideias formuladas com base em pesquisas acabam por ganhar influência graças ao trabalho de institutos de pesquisa, editoriais, revistas especializadas e outros canais. Os acadêmicos têm participação no governo – como consultores ou ocupantes de cargos – e os responsáveis pela formulação de políticas, em algum ponto de suas carreiras, sofreram a influência das pesquisas acadêmicas.

É muito provável que a perspectiva autocêntrica que vem dominando a postura norte-americana com relação à América

Latina há quase três décadas venha a gerar uma visão de mundo muito peculiar sobre os temas políticos em questão. A partir daí, é fácil chegar a uma concepção hegemônica das relações Estados Unidos/América Latina, principalmente porque continua a predominar nos círculos políticos um modelo político nunca confirmado, segundo o qual os Estados Unidos são o ator e os países latino-americanos, os objetos dependentes e indefesos.

As pesquisas conduzidas por acadêmicos estabelecidos na América Latina mostram um maior equilíbrio, embora não sejam menos provincianas que a de seus colegas norte-americanos. Em 71% dos estudos sobre as relações Estados Unidos/América Latina, os acadêmicos latino-americanos dão primazia às políticas de seus próprios países. Em cerca de metade dos trabalhos, eles tratam das interações externas entre Estados Unidos e América Latina, embora coloquem ênfase na política externa norte-americana para a região em 16% dos artigos.

Padrões semelhantes ficam evidentes quando comparamos a produção acadêmica dos Estados Unidos com a produção acadêmica da América Latina em questões de economia política internacional. A integração econômica e o regionalismo são abordados em menos de 10% dos artigos de autoria de acadêmicos estabelecidos nos Estados Unidos publicados em periódicos especializados.

Esse mesmo tópico, entretanto, é o tema de quase 40% dos artigos publicados nesse tipo de periódico por acadêmicos latino-americanos. Consequentemente, as iniciativas de integração (como, por exemplo, a Área de Livre Comércio das Américas, o Mercosul, as interações FTAA-Mercosul e a NAFTA), que desempenham papel central na formulação das políticas latino-americanas, são tratadas de forma sumária nas pesquisas e nos trabalhos acadêmicos provenientes dos Estados Unidos. A diferença

– e suas implicações sobre as maneiras como os acadêmicos e os formuladores de políticas de ambas as margens do Rio Grande encaram o mundo e a região – irá se tornar cada vez mais marcante à medida que cresce a tendência à integração sub-regional por intermédio de instituições como a CELAC e a UNASUL.

Além disso, enquanto os debates latino-americanos sobre política externa a partir de inícios da década de 1990 centravam-se na convergência, os especialistas em Relações Internacionais privilegiavam o exame dos interesses específicos dos países e a tendência à divergência, salvo no caso de haver interesses em comum.

Apesar de os desdobramentos recentes nas áreas das migrações, da segurança energética e da violência associada às drogas confirmarem a natureza “interméstica” (ou seja, a interação das políticas internacionais e domésticas) das atuais relações Estados Unidos/América Latina, os padrões verificados nos trabalhos de pesquisa mostram a influência praticamente insignificante exercida pelo estoque de conhecimentos disponíveis aos formuladores de políticas.

Apenas 16% dos artigos e livros sobre as relações Estados Unidos/América Latina tratam do meio ambiente, das migrações ou das drogas. Além disso, alguns tópicos intermésticos, tais como remessas, fornecimento de energia e saúde pública são totalmente ignorados.

Um padrão semelhante fica evidente no que se refere ao exame do papel dos atores não governamentais nas relações Estados Unidos/América Latina. Empresas multinacionais, organizações religiosas e grupos de guerrilha são temas que, supostamente, exerceram impacto significativo nas questões hemisféricas. No entanto, apenas 6% dos trabalhos publicados sobre as relações entre os Estados Unidos e a América Latina deram atenção a esses atores não estatais,

deixando que sua atuação nas questões hemisféricas fosse relegada à área das especulações.

Ademais, a literatura especializada recente praticamente desconsidera as questões mais tradicionais de segurança, tais como a dissuasão de potências não hemisféricas e os riscos da proliferação nuclear e da guerra.

Superando a obsessão

Além das diferenças regionais em termos de perspectivas de pesquisa, os padrões encontrados nos estudos sobre as relações Estados Unidos/ América Latina, em termos mais gerais, divergem também das tendências vigentes no campo mais amplo das relações internacionais, no qual as análises de política externa recebem atenção marginal se comparadas à economia política internacional, às questões de segurança e à teoria das relações internacionais.

Essas diferenças demonstram que pouco diálogo e poucas trocas intelectuais vêm ocorrendo entre os estudiosos das relações internacionais e os especialistas em relações Estados Unidos/ América Latina. Para que essa situação seja sanada, será necessário que os acadêmicos da área das Relações Internacionais expliquem, testem e, quando necessário, desenvolvam novas teorias tratando das causas e dos interesses envolvidos nas prementes questões políticas hemisféricas.

Muitas dessas questões prestam-se também às análises quantitativas hoje preponderantes nas Relações Internacionais. Mensurações estatísticas podem contribuir para a avaliação dos níveis, graus e dimensões das assimetrias verificadas entre os países de ambas as margens do Rio Grande. A teoria dos jogos pode especificar os termos, as condições e o grau de conformidade (ou divergência) com os acordos multilaterais. E a álgebra bayesiana pode contribuir para a

identificação das condições que promovem a cooperação ou a defecção. Mas tudo isso é mais simples na teoria do que na prática.

Até 2013, a Associação de Estudos Latino-Americanos (Latin American Studies Association – LASA) – a maior associação profissional de indivíduos e instituições dedicados ao estudo da América Latina – nunca possuiu uma seção de “Relações Internacionais” (embora, a partir de 2011, venha oferecendo um prêmio para o melhor livro publicado sobre assuntos internacionais e política externa da região). As oportunidades de financiamento para pesquisas sobre a política internacional do hemisfério são relativamente escassas, principalmente para jovens pesquisadores. Além disso, a atual hierarquia de prestígio no campo das relações internacionais não favorece a especialização em questões da região. Isso vale principalmente para os Estados Unidos e, cada vez mais, também para outros países.

Mesmo que alguns acadêmicos, individualmente, se disponham a um exame de consciência e passem a adotar em suas análises das relações Estados Unidos/ América Latina a mentalidade, as ferramentas e os objetivos de pesquisa das Relações Internacionais, esses esforços provavelmente não serão suficientes para oferecer de forma sistemática, no estudo das questões interamericanas, um enfoque equilibrado e prático que leve em conta os temas das Relações Internacionais. Governos, institutos independentes de pesquisa, centros de pesquisa ligados a universidades e fundações de todo o hemisfério também devem participar, contribuindo para redefinir e construir novos apoios institucionais para a produção de pesquisas avaliadas por pares que tratem de temas relevantes para a formulação de políticas.

Um maior número de fundações, institutos de pesquisa e financiamentos também elevam a prioridade conferida à produção de pesquisas revisadas por pares que tratem

das questões mais prementes que afetam o hemisfério. Na qualidade de principal instituição, a LASA tem que incentivar e apoiar a criação de uma seção dedicada às Relações Internacionais que possa reunir o trabalho de especialistas em Relações Internacionais, tanto os mais experientes quanto os mais jovens, em torno de uma agenda de pesquisa centrada na política das relações Estados Unidos/ América Latina.

Também os governos deveriam contribuir para o financiamento de formação acadêmica e pesquisa sobre essas questões nos principais programas de pesquisa em Relações Internacionais. A criação de um canal para a publicação de pesquisas teóricas e metodologicamente rigorosas revistas por

pares sobre as questões intermésticas do tráfico de drogas, da segurança energética e do crime organizado, para citar apenas alguns exemplos de temas políticos candentes, seria uma adição importante ao número relativamente restrito de canais disponíveis para a publicação de pesquisas sobre a política e a economia do continente americano. Apenas se lançadas a partir de plataformas dessa natureza, pesquisas inovadoras poderão contribuir de forma sustentável para soluções formuladas de comum acordo para os problemas que afetam o hemisfério como um todo.

Tradução Patrícia Zimbres
Setembro de 2013

